



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----ATA-----
Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Vila Verde de vinte e um de dezembro de dois mil e dezassete. -----
----Aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal de Vila Verde, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de Carlos António Andrade Arantes, com a seguinte ordem de trabalhos:-----
----1.- Discussão e votação da ata relativa à sessão ordinária de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete.-----
----2.- Correspondência – Consideração e análise; -----
----3.- Período de antes da ordem do dia; -----
----4.- Assuntos propostos pela Câmara Municipal: -----
----4.1.- Aprovação do regimento que vinha vigorando e propõe-se que vigore para o quadriénio 2017/2021 – foi aprovado por unanimidade. 4.2.- Discutir e votar proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se relaciona com a adenda aos acordos de execução de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, prevista nas alíneas a), b), c), e) e f) do número um do artigo 132.º, da Lei número 75/2013, de doze de setembro. -----
----4.2. – Ratificação da decisão da eleição, entre os presidentes de Junta, do representante ao XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, que decorreu em nove de dezembro de dois mil e dezassete. Foi indicada a Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros, a Sra. Carla Leitão. ----
----4.3. – Eleição de quatro elementos efetivos e um suplente, detentores, por eleição direta, do cargo de membros da Assembleia Municipal, com a finalidade de integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado – C.I.M. -----
----4.4. – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou União de Freguesias que representará, no Conselho Municipal de Educação, as freguesias do concelho de Vila Verde. -----
----5. - Assuntos propostos pela câmara municipal. -----
----5.1. – Discussão e votação da proposta do orçamento Municipal para dois mil e dezoito e GOP para o período 2018-2021 e demais documentos contidos na proposta do orçamento para efeito do disposto na alínea c) do número um do artigo 33.º, do anexo I, da Lei número 75/2013, de três de Setembro; -----
----5.2. – Discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao lançamento de uma Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre rendimento de pessoas coletivas (IRC);-----
----5.3. – Fixação do valor da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a praticar no ano de dois mil e dezoito; -----
----5.4. – Discutir e votar proposta da Câmara cujo conteúdo se relaciona a benefícios fiscais a aplicar à reabilitação urbana nas áreas de reabilitação urbana;
----5.5. – Discutir e votar proposta da Câmara que define em cinco por cento a participação do Município no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na circunscrição territorial do concelho de Vila Verde, referente ao rendimento de dois mil e dezassete; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----5.6. – Discutir e votar projeto de alteração do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE); -----

-----5.7. – Discussão e votação da proposta de suspensão parcial do PDM e estabelecimento de medidas preventivas decorrentes no âmbito do regime extraordinário de regularização de atividades económicas (RERAE); -----

-----5.8. – Facultar ao Plenário, para conhecimento e apreciação, o relatório financeiro do ROC relativo ao primeiro semestre de dois mil e dezassete. -----

-----6.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira. -----

-----7.- Período de tempo para apresentação de assuntos por parte dos Presidentes de Junta de Freguesia e União de Freguesias; -----

-----8.- Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Estiveram presentes na reunião sessenta e quatro membros. -----

-----Presidiu à reunião Carlos António Andrade Arantes; Martinha Soares, Primeira Secretária, e José Costa, Segundo Secretário, também estiveram presentes. -----

-----Tomaram posse, por não terem estado presentes no ato de instalação deste órgão, os seguintes cidadãos eleitos: Susana Sofia Pereira da Silva; Luís Miguel Ferreira de Sousa; António Fernandes Barbosa; Hélder Constantino Gomes Forte, Presidente da Junta de Freguesia de Cervães, e José Manuel Pinheiro Lopes, Presidente da Junta de Freguesia de Moure. -----

-----Em face de pedidos de ausência por um período inferior a trinta dias e das respetivas solicitações de substituição, foram ainda empossados os cidadãos Júlio César Zamith Soares Rosas, em substituição de Aires Francisco de Macedo Fumega; João Pedro Araújo da Silva (dada também a impossibilidade da cidadã seguinte na respetiva lista, Maria do Carmo Faria Vieira Macedo de Faria, de estar presente), em substituição de António Ruães Pereira; Fernando José Dantas da Silva, em substituição de Maria Lúcia Pereira Martins. -----

-----O Plenário decidiu, por unanimidade, relevar as seguintes faltas a esta sessão ordinária da Assembleia Municipal: Filipe José Araújo Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Soutelo, que se fez representar pelo Secretário da mesma edilidade, João Manuel Gomes da Silva; Carlos Cerqueira Ferraz, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Sande, Vilarinho, Barros e Gomide, que se fez representar pela Secretária do mesmo órgão executivo, Marlene Meneses Barbosa Bernardes. -----

-----No ponto um, a ata relativa à sessão ordinária de dezasseis de outubro de dois mil e dezassete foi aprovada por maioria, com cinquenta e quatro votos a favor, zero votos contra e dez abstenções. -----

-----No ponto dois - correspondência – consideração e análise–o Presidente da Mesa revelou o teor de uma comunicação escrita do Presidente da Junta de Freguesia de Cabanelas, manifestando a sua pretensão de integrar o Grupo Municipal dos presidentes de Junta eleitos pelo PS. A ADREL deu conta, via e-mail, da renovação da revista das Assembleias Municipais para o ano de dois mil e dezoito, abrindo-se agora o período de renovação das assinaturas para o mesmo ano, sendo que a revista ficava disponível para consulta no gabinete deste órgão deliberativo. O custo anual da assinatura cifra-se em trinta euros e este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

órgão deliberativo decidiu dar continuidade à mesma. A ADREL endereçou um outro e-mail de divulgação da segunda edição da monografia “Os Eleitos Locais”, da autoria de Maria José Leal Castanheira Neves. A Mesa da Assembleia Municipal recepcionou igualmente um e-mail do Grupo Parlamentar Os Verdes, anexando um Projeto de Resolução pela Defesa de um Serviço Postal Público de Qualidade e Universal e a reversão da privatização dos CTT que estava agendado para discussão em Plenário de quinze de dezembro. Do mesmo grupo parlamentar chegou um e-mail revelador do agendamento para catorze de dezembro da discussão, em sede de plenário, do Projeto de Resolução número 248/XII/1.^a e do Projeto de Resolução 632/XII/2.^o tendente a fazer face a desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Ainda do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, a Mesa recepcionou e-mail de divulgação de iniciativas legislativas – Projetos de Resolução – Programa de autoproteção em caso de incêndio florestal e Desenvolvimento de campanhas de sensibilização e informação estratégicas e de proximidade. -----

-----No ponto três – período de antes da ordem do dia -, Susana Silva, do PSD, apresentou, em nome do PSD, três votos de louvor. O primeiro para a Equipa de Sapadores Florestais, no qual enfatizava a vaga de incêndios que havia assolado Portugal no corrente ano que tinham destruído boa parte da riqueza natural nacional e retirado a vida a muitas pessoas. O Grupo Municipal do PSD considerou premente louvar publicamente todo o trabalho meritório das duas equipas de sapadores da Associação Florestal do Cávado no combate a esta calamidade. Considerando a estreita colaboração entre a entidade que controlava a equipa de sapadores e o Município de Vila Verde em prol do concelho, nas várias ações levadas a bom porto, incluindo a sensibilização, a prevenção e o combate aos incêndios florestais, propunha que a Assembleia Municipal deliberasse apresentar aos elementos que constituíam as equipas de sapadores 1/112 e 6/112 um voto de louvor pelo empenho, disponibilidade e altruísmo com que sempre assumiam a primeira linha no combate aos incêndios florestais. O mesmo grupo municipal propôs um Voto de Louvor aos Bombeiros, tendo considerado premente louvar e demonstrar publicamente todo o trabalho dos bombeiros de Portugal, nomeadamente o dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde no combate aos incêndios florestais. Considerando que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, ao longo dos seus cento e quatro anos de existência, sempre havia realizado um trabalho ímpar, quer no combate aos incêndios quer na assistência à população, o Grupo Municipal do PSD propôs que a Assembleia Municipal deliberasse apresentar aos Bombeiros Voluntários de Vila Verde, em representação de todos os bombeiros de Portugal, um votos de louvor pelo empenho, disponibilidade, luta, audácia e altruísmo com que sempre assumiam a primeira linha no combate aos incêndios florestais e no auxílio à população. Mais propôs um Voto de Louvor Coletivo ao Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro. Considerando a estreita colaboração do Comando da Quarta Companhia do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro com o Comando do Centro de Meios Aéreos de Braga e o empenho e profissionalismo dos militares deste mesmo Centro, contribuindo zelosamente em prol do bem-comum, nomeadamente na sensibilização e fiscalização, tendo



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

registado, no concelho de Vila Verde, quinhentas e oitenta e quatro infrações, com uma taxa de cumprimento voluntário de setenta e quatro por cento; no combate aos incêndios florestais, nas vertentes helitransportada e terrestre, tendo concretizado, neste mesmo concelho, quarenta e quatro intervenções, a bancada do PSD propôs que o Plenário deliberasse apresentar um voto de louvor coletivo aos militares do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro pelo empenho, disponibilidade, luta audácia e altruísmo com que sempre assumiam a primeira luta de combate aos incêndios florestais; a saber: Manuel António da Silva Moreira, Fernando Manuel Domingues, António Augusto Magalhães Basto, Vítor Manuel Alves e Sousa, Emanuel Virgílio Moreira, João Carlos de Sá Ferreira, Nuno Filipe Azevedo Gomes, Hélder Miguel Alves Lamela, Miguel Bruno Canela Antunes, Nuno Ricardo Gomes Domingues, Eduardo Filipe Mendes Pereira da Costa, Tiago Borges da Costa, Almerindo da Cruz Machado, Ivan Rodriguez Alves, Luís Miguel Monteiro Dias, Rosa Maria Carvalho da Cunha, Sérgio Domingos Landeira Gonçalves, Ricardo António Alves Fernandes, Eric Alexandre Couto Carvalho, Hélder Fernando Martins Carneiro, Paulo David da Silva Martins, Natália Odete Vaz Antunes, Jorge Alexandre Nogueira Capa, Martinho Luís Gonçalves Dias, Jorge Bruno Silva Vilas Boas, Luís Alexandre Peixoto Machado, Ricardo Araújo Couto da Silva, Jorge António Filipe de Sá, Vítor Duarte Mota Teixeira, Cláudio André Pires Rabaçal e Ivone Isabel Sá Araújo. Mais propôs que o presente voto de louvor coletivo fosse comunicado à Quarta Companhia do Grupo de Intervenção, Proteção e Socorro da Unidade de Intervenção da Guarda Nacional Republicana. -----

-----As três propostas de votos de louvor apresentadas por Susana Silva, em nome do Grupo Municipal do PSD, foram aprovadas por unanimidade. -----

-----Samuel Estrada, do PS, interveio para referir que, na reunião do Executivo Municipal de vinte de novembro de dois mil e dezassete, tinha sido aprovado, por unanimidade, uma proposta para a criação de um serviço público municipal de recolha de águas residuais que havia sido apresentada pelos vereadores do PS. Considerava a mesma proposta que, no concelho de Vila Verde, era ainda residual a cobertura de saneamento, não contemplando ainda setenta e cinco por cento do território, o que era fator de depreciação da qualidade de vida dos munícipes, contribuía para a poluição ambiental, onerando as famílias com o recurso a serviços privados de recolha de águas residuais que, por sua vez, eram descarregadas nos rios e em terrenos agrícolas, atividade que devia ser controlada e monitorizada pela Câmara Municipal, no sentido das descargas terem lugar nas ETAR. A mesma proposta propunha a criação de um espaço disponível para descargas à disposição dos munícipes que ainda não beneficiavam da rede de saneamento básico, objeto da respetiva regulamentação de condições de utilização. Assim, o mesmo orador apresentava uma moção e ordem a que o Plenário a sua congratulação e apoio à aludida proposta sufragada em sede de Executivo Municipal de criação de um serviço público municipal de recolha de águas residuais. -----

-----Esta moção foi aprovada por unanimidade. -----

-----Martinha Soares, do PSD, em declaração de voto, sublinhou que o apoio em apreço era uma constante, porquanto o Plenário sempre aprovava as propostas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

que a Câmara Municipal apresentava, sendo elevado o número de propostas do Executivo Municipal que mereceram a aprovação unânime da Assembleia Municipal. Mais se congratulou por haver unanimidade e por as forças políticas serem ativas e congregarem vontades em prol do desenvolvimento do concelho.-

-----Cláudia Pereira, do CDS-PP, apresentou uma recomendação na qual considerou que era chegado o momento de realizar um debate público sério acerca da reorganização administrativa realizada em Vila Verde em dois mil e treze. Destacou a necessidade urgente de um ajuste na União de Freguesias da Ribeira do Neiva. A prática demonstrava que o modelo vigente não funcionara da melhor forma e por isso devia ser corrigido sem complexos. Este exemplo concreto não tinha sido entendido pela população, não havia tido em conta as características do território, tendo resultado num grande isolamento e dispersão geográfica e no afastamento do poder local em relação às populações, não garantindo a magistratura de proximidade. Assim, era necessário que o Município tomasse medidas concretas de correção da situação, em diálogo com a população e demais parceiros locais, no sentido de uma maior coesão territorial.-

-----André Carvalho, do PS, apresentou um voto de louvor ao Vilaverdense Futebol Clube por ter alcançado a sua maior façanha desportiva com a sua participação nos oitavos de final da Taça de Portugal, onde defrontou, no estádio José de Alvalade, o Sporting Clube de Portugal. Os sócios e adeptos do clube não tinham querido faltas a tão importante momento da história do Vilaverdense e mais de mil e duzentos Vilaverdenses haviam comparecido em Lisboa para manifestar a sua fé clubista. A Fé tinha sido bonita, os Vilaverdenses haviam-se portado à altura dos acontecimentos, os atletas tinham dado uma belíssima imagem futebolística e Vila Verde saíra dignificado. Assim, os membros da bancada do PS propunham que esta Assembleia Municipal aprovasse um voto de louvor ao Vilaverdense Futebol Clube, nele englobando o esforço e o valor que todos os atletas, treinadores, dirigentes e sócios haviam feito ao longo dos setenta e dois anos de vida e, em especial, a brilhante carreira da equipa de futebol sénior na Taça de Portugal de dois mil e dezassete. -----

-----Este voto de louvor foi aprovado por unanimidade. -----

-----Isabel Pinheiro de Oliveira, do PS, apresentou uma recomendação relativa a cantinas escolares. Reportou-se a problemas detetados pela ASAE em inspeções efetuadas em cerca de oitenta escolas, nos últimos três anos, tendo sido instauradas mais de duas centenas de processos de contraordenação, devido ao incumprimentos de requisitos gerais e específicos de higiene, à inexistência de processos baseados nos princípios do HACCP, à não autorização dos documentos que descreviam este processo, à falta de inspeção periódica à instalação de gás e à ausência de livro de reclamações. Nas escolas deste concelho, ao que puderam apurar e era público porque havia sido noticiado e existiam registos escritos nas escolas, a situação também não era a melhor. A Vereadora da Educação afirmara, em reunião de Câmara que, a este nível, tudo decorria de forma regular, mas esta afirmação não era consentânea com a informação recolhida pelo PS que, nesse sentido, deixava alguns registos atinentes, por exemplo, a fruta muito madura e pisada, laranjas com mau cheiro, peixe com muitas espinhas, batatas em quantidade insuficiente, falta de acompanhamento de salada em dois dias e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

insuficiência da mesma. A classificação, através de cruz, assinalava insuficientes na quantidade e insatisfazia na qualidade, enquanto no Centro Escolar de Cervães o documento semanal não era preenchido de forma completa. Assim, solicitavam que, ao invés de camuflar o problema, a Autarquia pugnasse pela qualidade das refeições servidas às crianças e se orientasse pela máxima exigência no que concernia à vigilância assertiva dos refeitórios das escolas dos concelhos, concretizada pela direção das escolas e monitorizada pelos responsáveis autárquicos. -----

-----Deolinda Pimenta, do PS, apresentou um pedido de esclarecimento ao Presidente da Câmara Municipal sobre o aquecimento das escolas concelhias. Todos os anos, quando as temperaturas gélidas assolavam esta terra, o PS, suscitava este problema em sede de Plenário e recebiam a resposta de que a questão era de fácil resolução, no entanto, a mesma persistia, porquanto algumas escolas estavam geladas. Assim, a mesma Deputada Municipal perguntou se discentes e docentes tinham um mínimo de bem-estar nas escolas do concelho e qual era a real situação das condições climatéricas nestes espaços. -----

-----Martinho Gonçalves, do PS, interveio para sublinhar o seu regresso a esta Assembleia, vinte anos depois, e revelar o seu empenho em participar no debate política e ajudar a encontrar as melhores soluções para o desenvolvimento do concelho. A vontade popular, ditada no ato eleitoral, era sagrada, merecedora do respeito de todos e era isso que os representantes do PS iam fazer, cumprindo com a sua missão de oposição democrática à solução política que o povo de Vila Verde escolhera para presidir aos destinos do concelho, no pressuposto da existência de respeito mútuo entre quem governava e quem exercia o direito de oposição. Da bancada do PS todos iam contar com uma postura de firmeza nos princípios, mas também de abertura aos consensos nas soluções. Apresentariam propostas para melhorar as que lhes haviam sido apresentadas em vez de as votar simplesmente contra, contando que os seus contributos iam ser tidos em conta ou, pelo menos, discutidos. Não iam pactuar com falta de transparência ou recusas de informação e iam pugnar pela efetiva descentralização da Assembleia Municipal, propondo a realização de sessões nas freguesias e uniões de freguesias de Vila Verde e fazendo deslocar representações deste órgão para junto das pessoas, das associações e das empresas, para averiguar da eventual necessidade de intervenção do poder autárquico ou do poder central. Iam suscitar o debate sobre regras de transparência e de ética no exercício das suas funções, nomeadamente a possibilidade de as sessões do Plenário serem transmitidas em direto, on-line, através do sítio do Município, e nas redes sociais a ele associadas. Iam propor a adoção de um código deontológico e de conduta ético-política pelo qual se deviam reger os membros desta Assembleia. Os membros da bancada socialista queriam também ter uma atitude positiva perante a governação do Município de Vila Verde. Numa campanha eleitoral todos se conheciam e o denominador comum era o amor de todos por esta terra, razão pela qual não se justificava que a campanha fosse palco para confrontos personalizados, com episódios infelizes que não abonavam a favor dos candidatos e que deixavam sequelas difíceis de apagar, nem que os eleitos se colocassem de costas voltadas, com sinais de discórdia, de ressabiamento ou até



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

ódio indisfarçável nas palavras, devendo-se, ao invés, dar passos no sentido da união dos eleitos. Neste sentido, manifestavam disponibilidade para dialogar e para trabalhar em conjunto, através do estabelecimento de um acordo de mandato com todas as forças partidárias que abrangesse as matérias onde a vertente política estivesse menos presente e onde não houvesse fortes razões de divergência; a saber: investimentos no desporto, na educação e na saúde; no saneamento e no fornecimento de água; a definição das novas vias de comunicação; a definição e implementação das obras que implicassem a intervenção e financiamento do Governo da República; a política de apoio às freguesias, designadamente na descentralização dos poderes e respetiva transferência de poderes e de meios financeiros. Este desafio traria maior confiança às pessoas no tocante à eficácia e utilidade da política e dos políticos, melhoraria a eficácia dos investimentos e permitia chegar a soluções consensualizadas, ao mesmo tempo que estava a revelar ao seu eleitorado que estavam determinados em construir. Este modo de fazer política não era habitual em Vila Verde e a última vez em que os dois maiores partidos políticos locais haviam reunido para este fim tinham acontecido no início dos anos noventa do século passado. Esperavam uma resposta positiva a este desafio que podia virar a página de uma confrontação sem sentido que não concorria para o desenvolvimento e que tinha prejudicado a imagem do concelho. Martinho Gonçalves mais desejou que todos estivessem à altura das suas responsabilidades perante Vila Verde e os Vilaverdenses. -----

-----Susana Silva felicitou todos os eleitos e congratulou-se com a votação expressiva dos PSD, sendo muito bom verificar que os Vilaverdenses continuavam a identificar-se com os projetos do seu partido político e respetiva forma de estar e de fazer política. Desejou as maiores felicidades para todos que, de uma forma democrática, exercessem as funções para as quais haviam sido eleitos. Da bancada do PSD, hoje como no passado, podiam sempre contar com toda a disponibilidade para, séria e construtivamente, defender os interesses dos Vilaverdenses. Iam continuar a não entrar em guerras nem tão-pouco alimentar conflitos, mas também não iam permitir que os outros o fizessem na sua casa e iam, por conseguinte, defender os seus ideais, dar o seu contributo para o desenvolvimento de Vila Verde e para elevar, como sempre havia sido e ia continuar a ser a política do PSD, o bom nome do concelho. -----

-----O Presidente da Câmara Municipal venceu a total disponibilidade do Executivo do PSD para, como sempre tinha feito, colaborar com todas as forças políticas em tudo aquilo que fosse necessário, no âmbito da ação de todos os autarcas de todos os órgãos de poder. A postura do PSD sempre tinha sido de respeito e de consideração por todos os eleitos, razão pela qual se revelava satisfeito por a bancada do PS, através do Deputado Martinho Gonçalves, lançasse este desafio a todas as forças políticas e sobretudo a todos os políticos do concelho no sentido de se unirem em torno do objetivo comum que era o desenvolvimento de Vila Verde e de todas as suas freguesias e o bem-estar de todos os Vilaverdenses, ultrapassando, se, assim a turbulência política dos últimos anos. O PSD sempre sublinhou que esta turbulência não era o caminho certo e a sua posição nunca havia deixado de ser falar e dizer bem de Vila Verde.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

A postura dos eleitos do PSD, fora e ia continuar sempre a ser o exercício dos mandatos em benefício de Vila Verde e dos Vilaverdenses e esperava todos assim fizessem também. Não era aceitável que as feridas abertas no período eleitoral não fossem passíveis de ser curadas, porque, no dia seguinte ao ato eleitoral, todos eram Vilaverdenses, tinham que continuar a viver e a conviver neste concelho. Da sua parte ia manter a mesma postura, pois gostava de viver em Vila Verde e de poder continuar a conviver amistosamente com todos, independentemente das opções políticas de cada um, valorizando o diálogo democrático, sem alimentar qualquer tipo de caça às bruxas, tomando as decisões tidas como mais corretas e cumprindo o projeto político que foi sufragado pelos Vilaverdenses e acolher as sugestões de todos os Vilaverdenses, das juntas de freguesia, das instituições locais, das associações, da comunidade em geral e de todos os eleitos com assento neste Plenário. O mesmo Edil frisou que a educação era uma preocupação e uma prioridade para o Executivo Municipal e por isso mesmo tinha no terreno uma equipa, em permanência, a fazer o controlo e vigilância do serviço de fornecimento de refeições escolares. Não conseguiam estar em todos os lugares ao mesmo tempo, mas faziam inquéritos/questionários, solicitavam informações aos responsáveis dos estabelecimentos de ensino, as quais ficavam registadas e transformavam-se num relatório anual que estava disponível no site do Município para consulta, os quais haviam sido facultados aos vereadores do PS. Havia refeições, confeccionadas em diversos lugares, da responsabilidade das juntas de freguesia, sendo que, por exemplo, as refeições do aludido Centro Escolar de Cervães eram confeccionadas pelo Centro Social de Cervães, não tendo chegado ao Município referência a qualquer problema relacionado com estas refeições, havendo, ao invés, algumas boas referências deste serviço e do que era efetuado naquele estabelecimento de ensino. Ainda assim, ninguém no país estava isento de alguma ocorrência a nível de refeições, mas no corrente ano, tinha havido uma só queixa, a qual mencionava apenas que o peixe tinha espinhas, situação perfeitamente normal, pois essa era uma característica intrínseca do peixe. Ademais, estava-se perante um processo que decorria no âmbito de um concurso público internacional, obedecendo às regras inerentes à contratação pública e que tinham levado a que, em anos sucessivos, o serviço estivesse a ser prestado por distintas empresas. Até à data todas tinham dado uma boa resposta e revelado espírito de colaboração com as escolas, conforme podia ser corroborado pelos respetivos diretores. No concelho, as empresas que serviam as refeições nos primeiro ciclo eram as mesmas que o faziam nos segundo e terceiro ciclos, embora umas contratadas pelo Município e outras pelo Ministério da Educação. Relativamente à questão do aquecimento, o Presidente da Câmara recordou que o parque escolar do primeiro ciclo do ensino básico era um dos melhores do país, não se podendo a estar sistematicamente a imagem de que as crianças que frequentavam as escolas não beneficiavam das devidas condições. Felizmente os alunos concelhios eram muito bem tratados nas escolas, sem prejuízo da existência de um ou outro problemas temporários no tocante ao aquecimento, mas quem deveria verdadeiramente chamado à atenção era o Ministério da Educação, porque tinha as escolas dos segundo e terceiro ciclos de Vila Verde e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

da Vila de Prado por reabilitar, sendo que o Município ia assumir uma grande componente nessas obras. Oitocentos e cinquenta mil euros, eram de fundos comunitários, o Estado financiava cada escola em apenas setenta e cinco mil euros e iam ser investidos, em cada um dos estabelecimentos, mais de um milhão e quatrocentos mil euros. Os raros problemas subsistentes, mas que estavam prestes a ser debelados, em algumas escolas, em matéria de aquecimento, resultavam do facto de a EDP não ter potência suficiente para satisfazer as necessidades e de um conjunto de circunstâncias que, por vezes, até ultrapassavam o Município. O mesmo Edil solicitou que não se coibissem, no entanto, de fazer chegar informações sobre estas e outras situações, porquanto existiam toda a boa vontade de as resolver com a maior rapidez. -----

-----O ponto 4.1. –aprovação do regimento que vinha vigorando e propõe-se que vigore para o quadriénio 2017/2021 –foi aprovado por unanimidade. -----

-----O ponto 4.2. – Ratificação da decisão da eleição, entre os presidentes de Junta, do representante ao XXIII Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, que decorreu em nove de dezembro de dois mil e dezassete. Foi indicada a Presidente da Junta de Freguesia de Oleiros, a Sra. Carla Leitão –o Presidente da Mesa esclareceu que no corrente ano, a sessão da Assembleia Municipal havia tido lugar após o Congresso, tendo, por conseguinte, a referida autarca sido indicada, ad-hoc, pelos presidentes da Junta. Este ponto foi aprovado por unanimidade. -----

-----No ponto 4.3. – eleição de quatro elementos efetivos e um suplente, detentores, por eleição direta, do cargo de membros da Assembleia Municipal, com a finalidade de integrar a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Cávado – C.I.M. –as listas A e B foram apresentadas, respetivamente, pelos grupos municipais do PSD e do PS. A lista A integrava, por esta ordem, os deputados municipais Carlos António Andrade Arantes, Susana Sofia Pereira da Silva, Filipe Barros Pereira Lopes, Mara Alexandra da Cunha Silva Alves, Paulo Jorge Nogueira Fernandes, Ana Filipa Alves Pereira, estes dois últimos na qualidade de suplentes. A lista B era constituída pelos deputados municipais que se seguem, por esta ordem: António Pedro de Melo Feio Pinheiro Gonçalves, Manuel António da Costa Pereira, Maria Lúcia Pereira Martins, Carlos Augusto Macedo Araújo, André Manuel Godinho Carvalho e Joaquim Manuel Coelho Ribeiro, estes dois últimos na condição de suplentes. -----

-----A lista A, do PSD, obteve dezassete votos; a lista B, do PS, treze voto e registou-se ainda um voto branco. Assim, a distribuição de mandatos foi a que se segue: lista A, do PSD – dois representantes - Carlos António Andrade Arantes e Susana Sofia Pereira da Silva; lista B, do PS – dois representantes – António Pedro de Melo Feio Pinheiro Gonçalves e Manuel António Costa Pereira. Foram ainda eleitos suplentes Filipe Barros Pereira Lopes, pelo PSD, e Maria Lúcia Pereira Martins, pelo PS. -----

-----No ponto 4.4. – eleição de um Presidente de Junta de Freguesia ou União de Freguesias que representará, no Conselho Municipal de Educação, as freguesias do concelho de Vila Verde –o Grupo Municipal do PSD propôs o Presidente da Junta de Freguesia de Dossãos, Jorge Manuel Rodrigues de Oliveira. Este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

candidato único foi eleito foi eleito por maioria, com quarenta e seis votos a favor, onze votos brancos e quatro votos nulos. -----

-----No ponto 5.1. – discussão e votação da proposta do Orçamento Municipal para dois mil e dezoito e GOP para o período 2018-2021 e demais documentos contidos na proposta do orçamento para efeito do disposto na alínea c) do número um do artigo 33.º, do anexo I, da Lei número 75/2013, de três de setembro – Pedro Feio, do PS, depois de exaltar o contributo dos seus antepassados para dignificar Vila Verde, manifestou o seu espanto pela não solicitação, por parte da maioria social-democrata, de quais queres contributos da oposição para a elaboração dos documentos em apreço, em flagrante desrespeito pelo estatuto do direito de oposição, tendo só apresentado o texto do Orçamento quarenta e oito horas úteis antes de o mesmo ser debatido e aprovado. Estava-se, assim, não apenas a pôr em causa a legalidade do ato, mas e acima de tudo uma magistratura representativa de eleitores que, por direito próprio, tinha assento na vereação. Os contributos da oposição não tinham que ser atendidos pela oposição, mas se entre eles estivessem alguns que, pela sua valia, pudessem ser incorporados, ganhavam o orçamento e a população de Vila Verde. Mais referiu que, neste concelho, não havia políticos infalíveis nem donos da verdade ou da sabedoria. O Orçamento e as GOP incorporavam as mesmas incoerências e faltas de critérios de anos anteriores. As opções assumidas eram as que vinham a ser prometidas e adiadas havia mais de uma década: os saneamentos básico e financeiro, o abastecimento de água, a previsão de elevadas verbas dos fundos comunitários, a requalificação de vias de comunicação, a variante à EN 101 entre outras. As desculpas invocadas para a falta de maior capacidade financeira do Município estavam no endividamento que o Executivo social-democrata vinha acumulando desde mil novecentos e noventa e sete. Era necessária desfaçatez para disfarçar estas habilidades. Gastava-se em obras, necessárias e desnecessárias, elevando-se a dívida de três milhões para cerca de vinte e cinco milhões de euros. Na região do Cávado, a Câmara de Vila Verde era a que tinha a segunda pior situação económico-financeira. Segundo a DGAL; em Vila Verde, a Edilidade tinha uma dívida que correspondia a cerca de trezentos e noventa e oitenta euros por habitante. Para pagar as dívidas, a Câmara tinha recorrido ao PAEL e vinha agora dizer que estava com saúde financeira, mas não possuía verbas para projetos de execução de obras estruturantes, como a variante à EN 101, o acesso à autoestrada, os acessos aos parques industriais e a criação de novas zonas industriais. O Executivo do PSD não prestava atenção às políticas de juventude, desporto e cultura. Não havia estímulos à prática da atividade artística e cultura era sinónimo de festa popular. Questionou quantas exposições de arte, congressos e palestras eram feitas em Vila Verde com o patrocínio da Câmara Municipal e quis saber as razões pelas quais a sede concelhia e a Vila de Prado não tinham um programa específico de animação das noites de verão para atrair pessoas. O mesmo sucedia com o desporto, com exceção do futebol e da canoagem. Perguntou ao Vereador do Desporto se existia uma coordenação entre a Câmara Municipal, os clubes desportivos e as escolas no sentido de identificar talentos e de os encaminhar para clubes que lhes poderiam apoiar no desenvolvimento das



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

suas potencialidades. Impunha-se igualmente promover encontros gastronómicos, congressos ou debates com a presença de entidades e figuras nacionais de relevo. Pedro Feio mais aludiu à ATHACA, considerando-a uma instituição opaca e enigmática, inescrutinada e inescrutinável. O entendimento com a ATHACA devia centrar-se no apoio à reconstrução no norte do concelho, potenciando-as para o alojamento e para o turismo rural. Muitos dos apoios concedidos por esta associação eram para reconstruir casas e estabelecimentos comerciais, mas de conhecidas personagens e, supostamente, para alojamento turístico, embora, quando contactadas para o efeito, respondiam sistematicamente que não havia disponibilidade. Pedro Feio sublinhou a vontade de partilhar ideias com as demais forças políticas e desejou que a democracia fosse mais exercitada, envolvendo a gestão municipal no plano estrutural de futuro, integrador e agregador e não um mero exercício de gestão corrente como estava a acontecer. Assim, a responsabilidade pela abstenção do PS, na votação dos dois documentos em análise, só podia ser assacada ao Presidente da Câmara, porque o Executivo julgava-se capaz de, sozinho, fazer um documento desta importância. -----

-----Carlos Araújo, do PS, elogiou o teor dos objetivos enunciados nas GOP, mas também considerou que a grande maioria deles não conhecera desenvolvimento digno de registo nos últimos vinte anos em que vinha sendo apologizada, sendo necessário estabelecer prioridades com o foco na criação de condições básicas a partir das quais o concelho efetivamente se ia desenvolver. Era referida a pretensão de tornar Vila Verde um concelho atrativo para as empresas, para serem criados empregos e assim melhorar a situação económica dos munícipes, mas não era só com isenções de impostos que tal se conseguia. Eram também necessárias boas vias de comunicação, nomeadamente de acesso às zonas industriais. Também no tocante à mencionada melhoria da qualidade de vida era forçoso que tal passasse pela aposta na satisfação de necessidades básicas, como o saneamento e a água, vislumbrando-se a intenção de investir, em dois mil e dezoito, quase cinco milhões e meio de euros e, no quadriénio, aproximadamente dezoito milhões e meio de euros. Esta intenção estava alicerçada nos apoios financeiros do 2020, mas, em matéria de aproveitamento de fundos comunitários, o passado do Executivo Municipal não induzia a alimentar grandes esperanças, sendo que, dos milhões prometidos em dois mil e dezasseis, foram apenas executados trezentos e quarenta e nove mil euros, por falta de capacidade para assumir o investimento próprio. Urgia a realização de um planeamento prévio no respeitante ao saneamento e ao abastecimento de água para obviar aos remendos que continuam a ser executados nas vias após a instalação das infraestruturas desses mesmos serviços públicos. Essa situação verificava-se nas estradas que ligavam a Lage a Oleiros e a Lage a Vila Verde, por Barbudo. Os números do Orçamento eram bonitos, mas pareciam mais propaganda do que realismo nas contas, principalmente na despesa de capital, onde as execuções médias dos últimos três anos rondaram os oito milhões e meio de euros, pretendendo-se, em dois mil e dezoito, quase duplicar este valor. Que pretendia gerir com rigor não apresentava em rubricas de “outros” dois milhões duzentos e trinta e três mil trezentos e cinquenta euros e muito menos dez milhões trinta e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

dois mil cento e trinta e sete euros em rubricas de “outros” do lado da despesa, representando vinte e sete vírgula cinquenta e quatro por cento da despesa total. O bom momento económico do país, que permitia arrecadar mais receitas fiscais por via do aumento dos rendimentos das pessoas e empresas, possibilitavam que o Município arrecadasse um total de seis milhões de euros como impostos, mas nem assim haviam sido concedidos descontos no IMI às famílias com um filho, isentar mais empresas de derrama ou reduzir a participação do Município no IRS. Zero euros era a dotação para a variante à EN 101, tantas vezes apregoada como fundamental para o desenvolvimento de Vila Verde. O facto da Lage ser a única freguesia ainda sem financiamento definido e com uma verba global com financiamento previsto entre quatro a cinquenta vezes inferior a outras freguesias vizinhas era motivo de preocupação, tal como merecia reparo o sucessivo protelamento da prometida construção de um equipamento desportivo, sendo que nem os terrenos com interesse municipal haviam sido salvaguardados, em resultado da prevalência dos interesses privados sobre os públicos. -----

-----Susana Silva considerou que, depois de ouvir a bancada do PS, tinha ficado com a sensação de que haviam analisado documentos diferentes, ou então conheciam um concelho distinto. Depois da intervenção da bancada socialista questionara-se se as pessoas intervenientes conheciam realmente o concelho de Vila Verde, se sabiam quais eram as atividades e as infraestruturas existentes no mesmo, se tinham, efetivamente, lido os documentos e se se lembravam também daquilo que havia acontecido no passado, porquanto, se pretendiam falar do PAEL, o PSD também podia falar da troika e de quem contribuía para a situação que determinara esta intervenção externa em Portugal. Se desejavam falar da variante, Susana Silva também perguntava o que é que o Governo havia feito relativamente a esta via. A mesma oradora mais referiu que, diariamente, utilizava a EN 101, já tantas vezes ouvira que o problema, em vinte e quatro horas, a poucos meses das eleições, estava resolvido, depois era em junho, julho e outubro, mas Susana Silva, no seu percurso diário nesta via, continuava com as mesmas dificuldades. Tinha visto muitas fotografias e ouvido muitas coisas, mas continuava a ver o esforço do Município e nada mais do que isso. Lamentava que se tivesse atacado, pessoalmente, o Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, principalmente, cerca de hora e meia depois de se ter demonstrado uma total disponibilidade e abertura para fazer política pela positiva. Diziam que estavam aqui, todos, para promover o desenvolvimento de Vila Verde, mas, provavelmente, não estavam todos para fazer a mesma coisa, sendo certo que, Susana Silva havia ficado muito triste com aquilo que ouvira, precisamente porque todos tinham direito a opiniões diferentes, mas não tinham o direito de atacar as pessoas individualmente, de chamar de arrogantes e de utilizar expressões como “do cimo da sua soberba”, porque, efetivamente, esta não tinha sido e nunca ia ser a sua postura, nem a postura do PSD, da bancada social-democrata ou da Câmara. Em coerência com a defesa de uma ação política pela positiva, nunca iam ouvir Susana Silva a atacar ninguém, nem a dizer que quem quer que fosse era arrogante ou soberbo, assim como não a iam ouvir dizer que ia trazer um conjunto de sugestões porque não as deixaram mostrar na Câmara.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

Susana Silva procurara estar atenta a toda a intervenção e não ouvira uma única sugestão da bancada do PS. Relativamente aos acessos aos parques industriais, a oradora do PSD recordou que, no último mandato, tinha sido abordada esta questão, assim como a questão do plano de intervenções apresentado pelo Governo e o conseqüente profundo lamento do PSD pelo facto de Vila Verde ter sido retirado do mesmo plano, porquanto, de facto, os acessos aos parques industriais preocupavam os social-democratas, pois pretendiam atrair e fixar investimento, mas reconheciam que, sem a criação de condições, tal não se revelava possível. Também se recordava que, das doze intervenções, oitenta por cento, na altura, contemplavam câmaras municipais do PS, logo, por ventura, tinha prevalecido este mesmo critério que Vila Verde não cumpria. Além do Presidente da Câmara, tinham também sido atacadas instituições concelhias de enorme credibilidade. A ATHACA merecia de todos esse reconhecimento. Por muito que não gostassem ou que se discordassem, não tinham o direito de atacar esta instituição, até porque não estava presente ninguém da mesma que a pudesse defender, sendo que as atividades desenvolvidas pela ATHACA iam muito para além daquilo a que se havia tentado aqui resumir a sua ação, afigurando-se, pois, importante e necessário que os oradores do PS procurassem conhecer o concelho e as suas instituições. Susana Silva mais expressou a sua surpresa pela abstenção do PS na votação deste ponto, porquanto da mesma apenas podia concluir que o que o PS não queria era o desenvolvimento de Vila Verde. O PS, assim sendo, não pretendia o saneamento, não queria as melhorias na rede viária, nem nas infraestruturas que, com muito esforço, iam ser feitas pela Câmara Municipal, assim como se opunha à melhoria de atividades que, na ótica do PSD, eram fundamentais para Vila Verde, ou então, como algumas vezes já havia sido referido no Plenário, os votos não aconteciam por convicção, fundando-se antes em qualquer outra lógica. Depois destas considerações, Susana Silva referiu que, na opinião da bancada do PSD, os documentos em apreço espelhavam uma estratégia e uma vontade de trabalhar para o desenvolvimento do concelho, em áreas tidas como fundamentais, sendo que os social-democratas não se ficavam pelas palavras mas eram coerentes com as mesmas e traduziam-nas em atitudes efetivas e em ações. A proposta de orçamento não comprometia também o rigor e a necessidade de equilíbrio orçamental, porque os tempos assim o exigiam, não por despesismo do PSD, mas na medida em que, sucessivamente, governos do PS haviam atirado responsabilidades para os municípios sem o respetivo encaixe financeiro. Era fundamental que o Município cumprisse com as suas responsabilidades, sobretudo em relação às pequenas empresas. Era preciso sublinhar que o Município sempre tinha honrado os seus compromissos e admitir que, muito por causa dos disparates dos governos socialistas, os problemas emergiram e o Município, reconhecendo que necessitava resolvê-los, estava a fazê-lo de uma forma muito satisfatória, sem comprometer o futuro do concelho. A atribuição de uma parte significativa do investimento às funções sociais era sintomática do propósito de promoção da atratividade do concelho, pensando nas pessoas e nas necessidades reais das mesmas. No capítulo das medidas, a mesma Deputada Municipal salientou a aposta na capacitação e preparação das pessoas para os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

desafios atuais e futuros, nomeadamente a melhoria do parque escolar, em particular, a requalificação das escolas básicas dos segundo e terceiro ciclos de Vila Verde e da Vila de Prado, assumindo o Município uma responsabilidade que não era sua. A vontade de registar avanços ao nível da salubridade e da sustentabilidade ambientais, nomeadamente através na aposta na educação e na sensibilização ambiental, incentivando as pessoas a estabelecerem a ligação à rede de saneamento e a fazerem um uso correto da água da rede pública, assim como na promoção da saúde, emergiam também como importantes áreas de investimento. Susana Silva referiu-se, concretamente, ao abastecimento público de água, ao saneamento e à gestão de resíduos sólidos urbanos como setores prioritizados num plano que previa investimentos nas infraestruturas e na educação e sensibilização ambiental. Mais aludiu à evidente preocupação com os recursos naturais e ambientais através de medidas para a preservação florestal, prevenção de fogos, promoção de ecovias e ciclovias, percursos pedestres e melhora da eficiência energética. A cultura e o turismo continuavam a beneficiar de orientações estratégicas de vanguarda, através da criação de marcas, eventos e produtos que dinamizavam a região, combatiam problemas como a sazonalidade, ajudavam a alavancar a atratividade e iam trazer relevantes oportunidades a Vila Verde e aos Vilaverdenses. A promoção da formação desportiva e a requalificação de espaços desportivos era também potenciadora da melhoria da qualidade de vida das pessoas, merecendo destaque a organização do Campeonato do Mundo de Maratona em canoagem, sendo que a realização deste evento era motivo de orgulho, pois reconhecia a qualidade das infraestruturas, das atividades, dos atletas e dos clubes, mas, acima de tudo, trazia muita gente a Vila Verde, dinamizava a economia local e colocava o nome de Vila Verde a par dos melhores locais do mundo para o desenvolvimento de determinados desportos. A melhoria das infraestruturas rodoviárias, patente na requalificação e manutenção de vias municipais, na melhoria dos acessos para pessoas com mobilidade reduzida e dos acessos às zonas industriais, com um esforço financeiro de cerca de dois milhões de euros, tal como o investimento na requalificação urbanística, com a reabilitação urbana da Vila de Prado, a regeneração do centro urbano de Vila Verde, o projeto da Adega Cultural ou a reabilitação do Centro de Saúde da Portela do Vade avultavam igualmente neste esforço em ordem ao desenvolvimento do concelho. No plano económico-financeiro, a oradora do PSD relevou a aposta na valorização das características endógenas do concelho, promovendo a criação de emprego próprio e a fixação da população, adotando uma política fiscal atrativa para investidores e população em geral, sem prejuízo da consolidação orçamental. Susana Silva relevou ainda duas dimensões transversais a toda a proposta. Por um lado, o sentido de oportunidade, iniciativa, empreendedorismo e inovação aliados ao melhor aproveitamento dos fundos comunitários. Por outro, a prevalência de parcerias e protocolos com juntas de freguesia, IPSS, escolas e outras instituições, numa lógica de proximidade e de trabalho de equipa. Susana Silva concluiu manifestando a confiança da sua bancada nas pessoas e nas estratégias apresentadas para tornar o futuro dos Vilaverdenses mais sustentado e sustentável, razão pela qual iam votar este ponto favoravelmente. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

-----O Presidente da Câmara referiu que os documentos em apreço assentavam no objetivo fulcral de promover o crescimento de Vila Verde e tinha sido elaborado na perspetiva do integral aproveitamento dos fundos comunitários a que o Município se podia candidatar, correndo mesmo o risco de ter que realizar investimentos que não eram considerados para o momento, pois as oportunidades, não raro, surgiam uma única vez e não podiam ser desperdiçadas. Assim, por exemplo, o investimento que ia ser feito nas escolas dos segundo e terceiro ciclos de Vila Verde e da Vila de Prado não podia ser canalizado para saneamento ou para qualquer outro setor. No plano em apreço, o saneamento era o setor chave do investimento, sendo que, tudo aquilo que estava disponível ao nível dos fundos comunitários havia sido aproveitado, num limite máximo possível de três milhões de euros. Neste momento havia candidaturas abertas para municípios com menos de dez mil habitantes e para municípios de grandes dimensões, estando, por conseguinte, Vila Verde, excluído destas mesmas candidaturas, apesar de ter executado um plano de saneamento para todo o concelho e que havia custado quase trezentos mil euros, o que justificava as tais rubricas com a designação de “outros”. Quem havia ouvido a bancada do PS tinha ficado confundido em vários aspetos, entre eles a referência a uma dívida do município no montante de vinte e cinco milhões de euros, valor que não constava em qualquer documento. A soma do capital em dívida, conforme constava do documento, no final de dois mil e dezoito, ia cifrar-se em treze milhões cento e cinquenta e cinco mil duzentos e quarenta e um euros. No final de dois mil e dezoito, os empréstimos do Município de Vila Verde iam atingir este valor. No final de dois mil e dezassete iam somar quinze milhões quatrocentos e treze mil euros. Faltando somar a dívida a fornecedores, sendo, no entanto, certo que o montante da dívida era muito inferior ao valor de vinte e cinco milhões de euros considerado pela bancada do PS. Neste momento, o Município de Vila Verde tinha uma capacidade de endividamento de dezasseis milhões cento e noventa mil trezentos e noventa e oito euros. Quanto a pagamentos a fornecedores, em dois mil e catorze o Município pagou num prazo médio de trinta e um dias, em dois mil e quinze em doze dias, em dois mil e dezasseis em vinte e três dias e, no fim do último trimestre, em quinze dias. O mesmo Edil referiu que, de facto, não havia constado a presença de muitos membros do PS na Bienal Internacional de Arte Jovem de Vila Verde, nas Noites de Verão em Vila Verde nem nas demais ações culturais promovidas no concelho, razão pela qual não era de admirar que desconhecassem o programa cultural de Vila Verde. Por vezes era até difícil arranjar fins de semana para encaixar toda a animação que as instituições e entidades propunham e levavam a bom porto. O Presidente da Câmara aproveitou para realçar e elogiar a atividade da Academia de Música de Vila Verde, promovendo concertos únicos. Iam ter lugar, proximamente concertos de Natal para os quais os deputados municipais ficavam desde já convidados. O Edil referiu que também não tinha visto os deputados do PS a valorizar a participação dos atletas olímpicos Vilaverdenses. O Município continuava empenhado na criação de eventos que dessem nome a Vila Verde e esperava que o PS valorizasse o que era realizado em Vila Verde, designadamente o Campeonato de Mundo de Maratona em canoagem e que fosse possível unir esforços no sentido de que, a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

exemplo do que aconteceu na Taça do Mundo de Maratona e no Campeonato da Europa de canoagem, este evento fosse também um dos melhores de sempre, ao invés de fazerem como naqueles eventos, em que apenas haviam colocado areia na engrenagem para que as coisas corresse mal. Recordou que ainda recentemente uma jovem bailarina tinha participado no Campeonato do Mundo de Dança e vários atletas de taekwondo haviam sido medalhados e praticava-se patinagem em Cervães. Era incompreensível também que se afirmasse que o concelho não era dinâmico em termos empresariais, porquanto, entre dois mil e treze e dois mil e dezassete, tinham sido criadas quinhentas e oitenta e cinco novas empresas, cento e cinquenta e duas só no último ano. Tudo isto graças ao esforço de promoção de uma imagem positiva do concelho no exterior, ao qual todos se deviam associar. Uma última empresa, de grande dimensão, de um empresário francês escolheu Vila Verde por constatar que o concelho está numa trajetória de crescimento e acolhe bem os empresários. O Presidente da Câmara sublinhou que estava empenhado em construir uma rede viária compatível com este dinamismo económico, mas era imperioso um compromisso de todos para diligenciar junto do poder central não apenas a requalificação da EN 101, mas também e sobretudo a construção da variante à sede concelhia, para fazer face aos problemas da segurança e da fluência do tráfego. Era também prioritária a variante de ligação a Oleiros que se encontrava plasmada no Plano, na medida em que, independentemente do o Governo a executar ou não, a Câmara Municipal ia avançar com a obra, estando já em curso o processo tendente à realização de um estudo e do projeto de execução da mesma. A requalificação da EN 101 tinham sido uma luta das juntas de freguesia, a qual havia sido adiada, ao que se sabia, para dois mil e dezanove, depois de ter já estado programada e cabimentada. A rotunda que tinha que ser feita até ao verão também estava adiada e apenas ia ser executada no próximo ano. Havia ainda o risco de se ver adiada, sine dia, a construção da variante à EN 101, mas iam ser promovidas ações em ordem a uma reivindicação conjunta para que esta obra avançasse. Quando o PS se abstinha era porque não queria votar a favor do saneamento, da regeneração urbana, do investimento nas ciclovias e ecovias, da eficiência energética, nem do abastecimento de água. O Executivo social-democrata pretendia, no entanto, estes investimentos para Vila Verde e ia executá-los em coerência com o seu programa político, esperando que, pelo menos na execução, o PS e todos os membros desta Assembleia colaborassem para que estes projetos fossem concretizados, exercendo mesmo influência junto de quem de direito para ajudar Vila Verde. -----

-----Martinho Gonçalves, dirigindo-se à Deputada Municipal Susana Silva, conveio que se encontravam numa organização política e não numa sociedade de amigos que se juntavam para estarem unidos e todos de acordo. Nesta Assembleia discutiam-se as políticas e o modo como as mesmas deviam ser exercidas, não se podendo esperar que houvesse unanimidade em tudo, sendo que o discurso que o Presidente da Câmara acabara de proferir era próprio do período anterior ao Vinte e Cinco de Abril em que se apelava à união nacional. As decisões do Executivo Municipal estavam eivadas da arrogância de tudo pretender saber e de não precisar de nenhuma sugestão ou apoio. Quando falavam de canoagem e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

referiam que os socialistas não colaboravam estavam a proferir uma ofensa política ao PS. Martinho Gonçalves frisou ainda que as posições tomadas neste órgão eram de cariz político e jamais ofensivas, na certeza de que ninguém era dono da verdade nem se podiam afirmar que, ao abster-se, o PS estava a posicionar-se contra a realização de todas as obras. -----

-----O ponto 5.1. foi aprovado por maioria, com quarenta e nove votos a favor, zero votos contra e quinze abstenções. -----

-----O Presidente da Junta de Freguesia da Lage, Carlos Pedro Castro, em declaração de voto, justificou a sua abstenção sustentando que o Orçamento em apreço não refletia o justificado investimento para a Lage. O crescimento populacional desta freguesia era reconhecido através dos dados estatísticos. Em termos percentuais, a Lage, estava acima do patamar médio no tocante a infraestruturas, mas a maior parte dos investimentos, a este nível, deviam-se a privados, concretamente rede de saneamento, águas pluviais e rede viária, com ganhos diretos para o Município de Vila Verde. O mesmo documento não refletia também investimentos diretos em outro tipo de infraestruturas urgentes para a mesma freguesia. Esperava, pois, que esta situação fosse retificada pelo Município. -----

-----No ponto 5.2. – discussão e votação de uma proposta da Câmara Municipal cujo conteúdo se refere ao lançamento de uma Derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre rendimento de pessoas coletivas (IRC) – João Silva, do PS, referiu que, inicialmente, no seu discurso, o Presidente da Câmara lhe havia feito um ataque pessoal encapotado, mas não ia responder por honestidade intelectual. Mais considerou que o programa eleitoral do PS demonstrava que palavra dada era palavra honrada, contemplando a eliminação total da taxa da Derrama como fator de atração de novos investimentos e manutenção das atuais empresas, o que levava à diferenciação perante outros concelhos, sendo uma marca de referência e atração empresarial para o concelho de Vila Verde. O Executivo Municipal tinha feito um “copy and paste” dos anos dois mil e quinze, dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete, aplicando a taxa máxima de um vírgula cinco por cento, esquecendo-se de criar isenção para todas as empresas, sendo que cento e cinquenta mil euros como fator de isenção era um número elevado para a realidade do tecido empresarial do concelho e fazendo apenas isenção para as empresas que se haviam instalado no concelho e criado três ou mais postos de trabalho. O mesmo orador do PS preconizou que a isenção fosse para todos, devendo o Município e o seu Presidente explicar qual havia sido o impacto da derrama nos cofres do Município. O Presidente da Câmara tinha-se reportado à criação de tantas empresas e empregos, mas João Silva revelou que não entendia as razões pelas quais a isenção não era mais atrativa. A análise dos dados dos três anos precedentes ia revelar que a proposta em apreço era agressiva para as empresas do concelho e, devido às infraestruturas dos parques industriais e vias de acesso, Vila Verde revelava-se pouco atrativa para os empresários. Uma visita guiada aos parques industriais de Soutelo, Gême e Oleiros ia patentear uma realidade distinta daquela que a Deputada Susana Silva e o Presidente da Câmara haviam descrito. Vila Verde, Vizela e Vieira do Minho tinham sido os concelhos do distrito de Braga a aplicar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

as taxas máximas, esquecendo-se e discriminando as empresas instaladas no concelho de Vila Verde que pagavam impostos. Por ser uma medida injusta, por aplicar a taxa máxima, por não criar uma isenção total para as empresas, por ser discriminatória e desigual, a bancada do PS abstinha-se na votação deste ponto.--

-----Mário Nogueira, do PSD, considerou que a Câmara Municipal, na linha da estratégia que tinha vindo a seguir e com o desiderato de promover a competitividade do Município e a captação de investimento, propunha a manutenção da taxa de derrama de um e meio por cento para as empresas instaladas com faturação superior a cento e cinquenta mil euros, uma isenção desta taxa para sujeitos passivos cujo volume de negócios não ultrapassasse este mesmo montante, para as empresas já existentes, e a isenção de taxa de derrama para as empresas que se instalassem no território concelhio, durante o ano de dois mil e dezoito, por um período de cinco anos, e que crie, pelo menos, três postos de trabalho, independentemente do volume de negócios. Reconhecia, assim a relevância das micro e pequenas empresas no tecido económico-social concelhio, concretamente a manutenção e criação de emprego, por um lado, e potenciando a instalação de novas empresas e criação de emprego, por outro, contribuindo para a fixação da população ativa no concelho. Sendo a derrama um imposto municipal, era natural que as empresas que operavam e geravam lucros no território concelhio fossem chamadas a contribuir de forma a ajudar a corrigir disfunções ambientais ou repor infraestruturas danificadas pelo uso, sobretudo vias de comunicação, assumindo uma função solidária no papel do desenvolvimento local. Relativamente a dois mil e dezoito haviam sido estimados cerca de trezentos e cinquenta e oito mil euros, um valor com alguma relevância orçamental. Assim, estas políticas do Município promoviam a equidade fiscal com o objetivo de estimular o empreendedorismo, a captação de novos investimentos geradores de emprego, por via direta e indireta, alavancando assim a economia concelhia. Porque subscrevia este tipo de políticas em que imperava a discriminação positiva, a bancada do PSD ia votar esta proposta favoravelmente.-

-----O ponto 5.2. foi aprovado por maioria, com cinquenta e dois votos a favor, zero votos contra e doze abstenções. -----

-----Dado o adiantado da hora e os assuntos que ainda faltava discutir, o Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos, revelando que os mesmos seriam retomados no dia seguinte. -----

--- A minuta da ata da reunião de vinte e um de dezembro de dois mil e dezassete foi aprovada por unânime vontade dos membros presentes na Assembleia, em número de sessenta e quatro, aquando da votação e apresentação da mesma, e com vista a que as respetivas deliberações se tornassem executórias e pudessem, assim, produzir efeitos imediatos. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou presente ata que, de pois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

-----Paços do Concelho de Vila Verde, em vinte e seis de fevereiro de dois mil e dezoito. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA VERDE

O Presidente

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário
